



Câmara Municipal de Jundiaí

Interessado: ROMEU ZANNINI

PROJETO DE LEI N.º 1960

Assunto: s/autorização para a Prefeitura doar ao Anhangabaú Esporte

Club, com sede nesta cidade, o imóvel a que se refere o art. 1º da

Lei nº 342, de 16 de julho de 1954.

Substitutivo 1/66 ao PL 1960/66 da Dr. Romeu Zannini

CIENTE. ARQUIVE-SE

Jundiaí em 24/10/1966

(Assinatura)
PRESIDENTE DA CÂMARA

Lei decretada sob n.º 1.445

Lei promulgada sob n.º 1.381

ARQUIVE-SE

Francisco P. P. Lima
Diretor Administrativo

24/10/1966

Clas. 503.1140

Proc. N.º 12.133



2
RJ

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

A ACESSESSORIA JURÍDICA
Sala das Sessões em 30/09/66
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
EXPEDIENTE

30 AGO 1966
PROTOCOLO N. 12433
CLASSIF.

PROJETO DE LEI Nº 1 960

(Assinado n.º 1 do Presidente)

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Jundiaí autorizada a doar a Anhangabaú Esporte Club, com sede nesta cidade, o imóvel a que se refere o artigo 1º da lei nº 342, de 16 de julho de 1954.

Art. 2º - A doação, a que se refere o artigo anterior, deverá ser efetivada trinta dias após a reversão do imóvel ao patrimônio municipal, pelo descumprimento das exigências legais por parte do Belo Horizonte Futebol Clube - Sociedade Esportiva, Beneficente e Recreativa.

Art. 3º - Da escritura de doação devem constar as seguintes cláusulas:

- a) inalienabilidade do imóvel doado;
- b) manutenção das finalidades atuais dos estatutos da entidade donatária;
- c) término da construção de sua sede social, dentro de cinco anos, contados da data da escritura;
- d) cessão gratuita da sede social, quando construída, para realizações públicas benéficas.

Parágrafo Único - A inobservância de qualquer destas cláusulas invalidará, de pleno direito, a doação e o imóvel reverte-rá ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer pagamento ou indenização por benfeitorias ou acessões.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei serão supridas pela entidade beneficiária.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30/08/1966.

Romeu Zanini
Romeu Zanini.

ANHANGABAÚ E. C.

FUNDADO EM 19 - 2 - 1960

SÉDE: Rua do Retiro, 428 — FONE, 1200 — JUNDIAÍ — Estado de São Paulo

3
AP

(ATA DA ASSEMBLEIA GERAL)

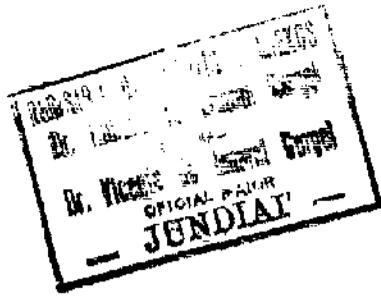
Jundiaí, 18 de Fevereiro 1.966.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e sessenta e seis, reuniu-se extraordinariamente em Assembleia Geral os Diretores e Associados do ANHANGABAÚ E.C., para a eleição do Presidente e Vice-Presidente, sendo esta eleição sómente com um candidato para Presidente e um para Vice-Presidente respectivamente, Sr. Benedicto Beteli e Sr. Ivo Acorsi, sendo êles os mesmos que estiveram dirigindo o Club no ano passado, por serem êles candidatos únicos e apoiados por todos foram êles reeleitos novamente sobre os aplausos de todos que ali se encontravam. Logo em seguida o presidente reeleito fez a escolha dos demais diretores para os diversos cargos exigidos, sendo êles: 2º Vice Presidente, Guerino Martins, Secretários Geral Gentil Berverte, 1º Secretario, Mário Jacette, 2º Secretário, Lauro Galvão 1º Tesoureiro, Sr. Silvério Cavalli, 2º Tesoureiro Sr. José Ferreira Alves, Diretores de Esportes Srs. Arnaldo Cestarolli e José Antonio Gazzolla.

Foram também escolhidos nesta Assembleia diretores para o conselho Fiscal, sendo êles em nº de três (3), todos Brasileiros, Srs. Silvio Bertolo, Pedro Bertolo e Sr. Eraldo Bernardi. Posterior a isso o Sr. Presidente exclamou-lhes dizendo todos aceitam seus cargos e prometem trabalhar para o engrandecimento de nosso Clube? E imediatamente todos os diretores aceitaram e prometeram-lhe trabalhar para esse empreendimento, não só do Club como também do Bairro em que leva o nome desse Clube. Nada mais havendo a ser tratado, ou alguém que quizesse fazer uso da palavra, esta Assembleia foi encerrada exatamente às 23,0 dez horas. Quem secretariou a referida Assembleia lavrou e assinou abaixo juntamente com o Sr. Presidente.

Guerino Jacette
SECRETARIO

Benedicto Beteli
PRESIDENTE.

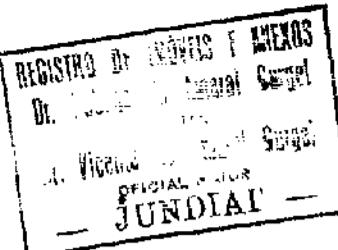


24 FEVEREIRO DE 1968 - H. M. G., Oficial do Registro
de Imóveis e Anexos da Comarca de Jundiaí, etc.,

+ + +

C E R T I F I C A, atendendo pedido verbal de pessoa in-
troduzida, que revendo o arquivo de REGISTRO DE PES-
SOAS JURÍDICAS, anexo ao cartório ao seu cargo, ve-
rificou constar os estatutos do seguinte teor: --
"ANTANGABAÚ ESPORTE CLUB"- ESTATUTOS SOCIAIS- CAPE-
TULO I- Da Denominação, Fundação, Sede e Fins. Art.
1º- O Antangabaú Esporte Club. neste Estatuto, re-
presentado pelas inicias (AEC), fundado no dia 24 ^{1/}
de Fevereiro do ano de um mil novecentos e sessen-
ta e um, com sede à rua do Retiro, nº 1.460, na ci-
dade de Jundiaí, com personalidade jurídica distin-
ta da dos seus associados, estes- em numero ilimi-
tado, com distinção de credo religioso ou político
e nacionalidade, tem por fim: a) defundir a práti-
ca dos desportos entre seus associados, proporcio-
nando-lhe os meios ao seu alcance para o aperfeiço-
amento físico, de acordo com as recomendações dos
órgãos especializados visando assim a melhoria da
Raza: b) Promover campanhas benéficas, entre -
as pessoas pobres assistidas bem como crianças desam-
paradas. c) Filiar-se à Liges Esportivas. d) Regis-
tra no C.R.D. Capítulo II- Dos Poderes Diretivos--
Art.2º- São poderes diretivos do club: a) Assembleia
Geral: b) Conselho Deliberativo: c) Conselho Fiscal:
d) Diretoria. - Único- Não receberão qualquer remu-
neração os membros da administração de club. Capí-
tulo III- Dos Sócios Deveres e Direitos- Art. 3º -
O club compor-se-á de um numero ilimitado de sócios:

a) Só poderão ser admitidos como sócios, pessoas - maiores de (quatorze anos), de plena moralidade, -- profissão honesta e de bons precedentes: b) Proposto por sócio em caso de direito sociedades: c) Mencionar nome, idade, profissão e residência: d) Subjetá-lo (sic) a exame de julgamento da Diretoria: e) Pagar a mensalidade até o dia 15 (quinze) de cada mês: f) Arecadação de qualquer proposta de sócio será notificada ao proponente e aprovada pelo preposto. g) Todos os sócios tem em igualdade os direitos de frequentar a sede ou praça do esporte e participar das diversões si existentes: h) Trazer novos sócios: i) Votar e ser votado: j) Recorrer à Diretoria das penas que lhe forem imposta: k) Acatar as resoluções da Diretoria, seus delegados e Comissões quando no exercício de suas funções. Capítulo IV- Das Faltas e Penalidades: Art. 4º- Fica sujeitos à pena de advertência os que pela primeira vez se manifestarem ao contrário as disposições deste estatuto e seu regimento interno, usando termos de defamação. a) Os que dentro da sede social ou nas praças de esportes, usarem de linguagem incovinientes ou praticarem atos desonestos das normas da boa sociedade. Art. 5º Serão suspensos por todos os seus direitos pelo espaço de cito a noventa dias a juízo da Diretoria. a) Os que desacatarem direitos, no exercício de suas funções. b) Os atletas que sem causa justificadas deixarem de comparecer aos treinos e competições para o qual tenham sido convocados. Art. 6º- Serão Eliminados. a) Os que sujeitos à mensalidades deixarem de satisfazer

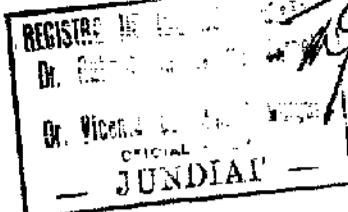


REGISTRO DE ATOS E ANEXOS

ARTIGO 4º

satisfazer j) el espazo de 90 dias. b) Os que tentarem contra os fins e estabilidades sociaes, promovendo ou procurando díscréditos da sociedade. c) O atleta que inscrever em outra agremiação sem autorização da Diretoria. Capítulo V- Da Administração Art. 7º- O Anhangabaú Esporte Club, será administrado por uma Diretoria, cujo Presidente o representara em juizo e fora dele. Do Conselho Deliberativo: C Conselho Deliberativo, será composto, de 20 (vinte) membros dos quais pelo menos dois terços dos sócios contribuintes e cinco suplentes todos Brasileiros, os membros do referido conselho serão eleitos em Assembléia Geral Ordinária e terão mandatos por dois anos. Art. 8º- Composto ao Conselho Deliberativo: a) Eleger entre os membros, seu Presidente e Secretário. b) Eleger por voto secreto o Presidente e Vice da Diretoria, nos quais vará posse. c) Eleger o Conselho Fiscal. d) Interpretar os dispositivos dos estatutos, quando existir qualquer dúvida ou casos omissos. e) Elaborar a reforma dos estatutos, quando solicitado pela Diretoria submetendo à aprovação da Assembléia Geral. f) Dar parecer e resolver consultas da Diretoria, de acordo com os Estatutos: § 1º- O Conselho Deliberativo reunir-se-á sempre que necessário ou quando solicitado pela Diretoria. § 2º- Os membros do Conselho Deliberativo, poderão acumular cargo na Diretoria. § 3º- Vagando-se o cargo de presidente ou vice-presidente, ou no mesmo só um de-

deles, o Conselho deliberativo reunir-se-á obrigatoriamente dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para o preenchimento da vaga ou das vagas que se verificarão. § 4º- Será destituído mediante processo regular, o membro do Conselho deliberativo que se torne possível de culpa, a juízo da Assembléia Geral. § 5º- Os suplentes do Conselho Deliberativo, substituirão os efetivos em suas faltas ou impedimentos maiores de 15 (quinze) dias. Art. 9º- São cargos da Diretoria: Presidente, vice-Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro. Art. 10º- São Atribuições da Diretoria: a) Observar a rigorosa execução deste Estatuto. b) Resolver quaisquer questão entre os associados. c) Organizar os regulamentos internos do club, estabelecendo penas que julgar convenientes. d) Admitir, licenciar e readmitir empregados e técnicos. e) Organizar cada ano um projeto do orçamento da Receita e Despesa, para o ano seguinte, submetendo a aprovação do Conselho Deliberativo com parecer do Conselho Fiscal. f) Autorizar despesas, não consignadas no orçamento, quando de caráter de urgência, consultando o Conselho Deliberativo. Art. 11- A diretoria reunir-se-á: 1º- Ordinariamente uma vez por semana; 2º Extraordinariamente sempre que for necessário, considerando presente, número superior à metade dos seus membros. Art. 12º- É considerado destituído do cargo, o diretor que faltar a três reuniões consecutivas ou em 10 alternadas, salvo justificativa, apresentada, e aceita pela diretoria. Art. 13º- Nas reuniões da diretoria serão lavradas atas, com a maior clareza,

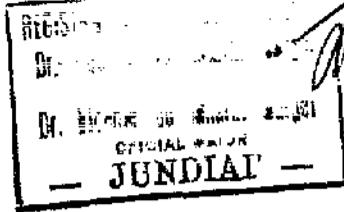


REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

J U D I C I A L

para autenticações das resoluções tomadas e verificadas na presença dos diretores. Art. 14º- Compete ao Presidente da Diretoria: a) Representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extra-judicial, em geral nas suas relações com terceiros; b)- Executar e fazer executar os estatutos sociais, os regulamentos, resoluções da Diretoria. c) Apresentar no fim de cada exercício, relatório dos principais FATIS decorridos durante o mesmo. d) Ter voto em caso de empate e decidir a votação. e) Votar as reuniões que considerar ilegais ou prejudiciais aos interesses da sociedade, dando o seu ato a conhecimento da diretoria. f) Nomear entre os associados os seus auxiliares de diretoria, exceto o vice-Presidente. Art. 15º- O Presidente da diretoria sucessivamente em suas faltas, impedimentos, será substituído pelo vice-Presidente, pelo Secretário Geral ou por um dos demais membros da diretoria, escolhido entre os presentes a reunião, em que a substituições se processarem. Art. 16º- Ao Vice Presidente Compete: I Único- Substituir o Presidente nas ausências ou impedimentos deste sem poderes executivos. Art. 17- Ao Secretário Geral Compete: a) Expedir todo o expediente da secretaria, expedindo aviso, circulares, ofícios, etc.b) Assinar a correspondências que não for assinadas pelo Presidente ou pela diretoria coletivamente. c) receber toda correspondência dirigida ao club, encaminhadas ao Presidente, para os respectivos despachos.d) Substituir o Presidente da diretoria na --

na ausência ou impedimento de outros substitutos legais, sem poder ser executivos. Art. 18º- Ao Primeiro Secretário Compete. a) Organizar e manter o registro dos sócios, lavrar atas das reuniões da diretoria. b) Auxiliar o Secretário Geral em suas atribuições e substituí-lo em suas ausências ou impedimento. Art.- 19º- Ao Segundo Secretário Compete- & Único- Auxiliar o primeiro secretário em suas atribuições e substituí-lo em seus impedimentos. Art. 20º- Ao Primeiro Tesoureiro Compete- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores em espécies pertencentes ao club; b) Responder pela tesouraria, organizar balancetes mensais, bem como balancetes anuais; c) Passar recibos de todas as importâncias recebidas pelo club; d) Efetuar o pagamento de todas as despesas previamente autorizadas mediante documento regular de diretor responsável; e) Depositar em nome do club, em estabelecimento bancário, indicado pela diretoria, as importâncias arrecadadas ficando em caixa sob sua responsabilidade, quantia nunca superior a R\$50.000 (cinquenta mil cruzeiros); f) Assinar juntamente com o Presidente, cheques e outros documentos, financeiros. g) Providenciar a cobrança das mensalidades dos sócios, advertindo os que tiverem em atrasos; h) Comunicar à diretoria o nome dos sócios que, por atraso de pagamento de suas mensalidades, tiverem sido automaticamente eliminado. i) Providenciar a arrecadação do club, fiscalizando a sua aplicação. Art. 21º- Compete ao Segundo Tesoureiro: & Único- Auxiliar o primeiro tesoureiro, no exercício de suas atribuições substi-

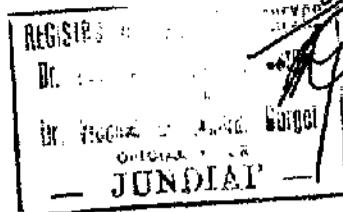


REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

JUNDIAÍ

substituíduo em seus imóveis edifícios. Capítulo VI-- Conselho Fiscal- Art. 22º- O Conselho Fiscal será composto de: 3 (três) membros efetivos e 3(três)-membros suplentes, eleitos por 2 (dois) anos, escolhidos entre os sócios contribuintes, pelo Conselho Deliberativo, que não sejam membros da diretoria do próprio Conselho Deliberativo. § Único- Os suplentes serão chamados quando se derem vagas entre os efetivos, ou quando seu auxílio for julgado necessário. Art. 23º- Ao Conselho Fiscal Compete - a) Acompanhar a fiscalização da gestão financeira da administração; b) Dar parecer sobre o balanço anual e contas prestadas pela diretoria, para ser oferecido à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com o relatório da diretoria. c) Examinar trimestralmente a escrita da Sociedade, pondo-lhes Visto e chamando a atenção por escrito ao presidente da diretoria, c) se encontrar qualquer irregularidade assim como requerer a convocação extraordinária e secreta da diretoria. § Único- Ficando apurado a falta de qualquer membro da diretoria, o presidente procederá a sua substituição. Art. 24º- Se qualquer membro do Conselho Fiscal, resiguar o seu mandato, o Conselho Deliberativo o substituirá pelo suplente mais votado- Capítulo VIII- Da Assembléia Geral- Art. 25º- A Assembléia Geral é órgão legislativo efetivos da Sociedade, e comor-se-á exclusivamente de associados quites com os cofres sociais, maiores de 21 (vinte e um anos). Art. 26º- A Assembléia Geral Ordinária, reunir-se-á de dois-

duis em dois turnos, duas vezes na segunda quinzena de Janeiro, a primeira para tomar conhecimento do relatório e prestação de contas da diretoria e eleição Conselho Deliberativo e a segunda para dar-lhe posse. Reunir-se-á também extraordinariamente, quando convocada: a) Pelo presidente do Conselho Deliberativo; b) For petição assinada por 25 (vinte e cinco) sócios quites com os cofres do clube.- Art. 27º- Eleito o Conselho Deliberativo, o presidente da mesa da Assembléia Geral Ordinária, expedirá ouital, dando conhecimento aos interessados e convocando-os a tomar posse na Assembléia a ser convocada para esse fim. Art. 28º- Compete à Assembléia Geral: a) Conhecer e votar o relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal. b) Aprovar a reforma e alteração dos Estatutos Sociais; c) Aprovar a destituição dos membros do Conselho Deliberativo que se possivel de culpa; d) Perdoar ou computar em grande recurso, mediante votação de dois terços de votos. Art. 29º- As Assembléias serão convocadas em oito dias de antecedência, mediante avisos fixados na sede da Sociedade e publicada no jornal de maior circulação desta cida e; § Único- Nestas Assembléias só serão discutidos assuntos que motivarem a sua convocação e constante do respectivo edital. Capítulo VIII- do Processo das Eleições- Art. 30º- Considerar-se-á legitimamente eleito, o sócio que obtiver maioria de votos: 1)- Se no primeiro escrutínio houver empate, proceder-se-á um segundo, no qual estarão apenas os candidatos empatados. 2)- Em caso de novo empate em segundo escrutínio, considerar-se-á eleito o sócio mais antigo e em caso de



REGISTRO DE INÓFRIS E ANEXOS

9 9 9 9 1 4 1

de igualdade e mais velho. Art. 31º- O escrutínio em que o número de cédulas não corresponder ao número de votante, será nulo. § Único- As cédulas serão impressas, manuscritas ou datilografadas não sendo válidas as que contiverem rasuras ou nomes substituídos e abreviados. Capítulo IX- Do Patrimônio Social- Art. 32º- O patrimônio social será formada: 1) Pelos bens que a Sociedade possua ou vierá a possuir; 2º- Pelos dinativos legados ou recebidos; 3) Pelo saldo líquido do fundo de reserva, verificados em cada exercício. Capítulo X- Do Regimento Interno Art. 33º- O Regimento Interno -- completará as disposições dos Estatutos, regulamentando-os, e estabelecimento a ordem interna da sociedade e sua fiscalização. Art. 34º- O regulamento interno deverá manter perfeita harmonia --- com os principais capítulos e artigos estipulados nestes Estatutos e será afixado onde convier. Art. 35º- Incidirá das penalidades previstas nestes -- Estatutos, os associados que infringirem as disposições do Regimento Interno. Capítulo XI- Da Alteração e Reforma dos Estatutos: Art. 36- O presente estatuto só será reformado, após seis anos dessa aprovação, salvo necessidade imperiosa a juízo da diretoria, houvisse o Conselho Deliberativo e com homologação da Assembléia Geral, especialmente quando convocada para esse fim, inclusive no tocante à administração. Art. 37º- A denominação "Anhangabaú Esporte Clube", com suas cores - Azul, vermelha e branco, adotadas pelo mesmo, seus

seus fins, poderão serem alteradas, desde que haja motivos justos depois de aprovado pelos órgãos administradores. Art. 38º- Para fins direito, estes estatutos serão registrados em Cartório de Título e Documentos, publicados no Diário Oficial-- a fim de que a Sociedade possa adquirir personalidade jurídica e gozer dos benefícios públicos-- e regalias da legislação em vigor. art.39º- Os sócios respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da sociedade, contratadas pela diretoria. Art. 40º- O "Anhangabaú Esporte Clube", tem duração indeterminada, só poderá ser dissolvido em caso contar com um número de sócios inferior à cinqüenta (50). Art. 41º- Decretada a dissolução pela Assembleia Geral Extraordinária, para esse fim oficialmente convocada na forma dos estatutos, os bens serão entregues às Instituições de Caridade desta cidade, a juiz da mesma Assembleia. Capítulo XII- Art. 42º- A Diretoria do "Anhangabaú Esporte Clube", eleita pelo Conselho Deliberativo, terá mandato de dois anos. Art.43º- Funcionará, subordinado à diretoria administrativa os diversos Departamento, os quais serão criados por atos internos de presidente da diretoria, e aprovado em reunião ordinária, contanto com a maioria de votos dos presentes. Art. 44º- Os cargos de direção dos Departamentos, serão de confiança do presidente da diretoria administrativa. Capítulo XIII- Art. 45º- É livre o ingresso na sede, a qualquer momento dos membros do Conselho Nacional e Regional de Desportos, do Departamento de Educação Física e Esportes, bem como os presidentes -

*9
P.*

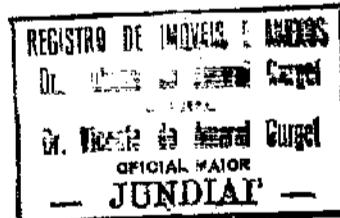
REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

JUNDIAÍ

presidentes das entidades que o club estiver filiado. Art. 46º- O presente estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação. Art. 47º- Revogam-se disposições em contrário. Jundiaí, 1º de Março de 1.966. (a.) Benedito Beteli- Benedito Beteli-Presidente. Firma devidamente reconhecida pelo 1º tabelião de Notas e Anexos local. Nada mais continha oito estatuto para aqui bem e fielmente ---
 translado do que dou fé. Jundiaí, 20 (vinte) de julho de 1.966 (mil novecentos e sessenta e seis).

Eu, *diogo gel* Oficial intº.,
 a conferi, subscrevi e assino,

IMOL.	840,-
EST.	126,-
I.A	15,-
SOMA:	
CA:	981,-



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

CÓPIA

- C ó p i a -

10
19

*- L E I N° 342, DE 16 DE JULHO DE 1954 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 30 de junho de 1954, PROMULGA a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar ao Belo Horizonte Futebol Clube - Sociedade Esportiva, Beneficente e Recreativa, com sede e foro nesta cidade, o lote de terreno nº 402, sem benfeitorias, com 600 m² (seiscentos metros quadrados) de área, localizado na avenida Sebastião Mendes Silva, no bairro do Anhangabau, conforme planta que, devidamente rubricada pelo Prefeito Municipal, fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º - Da escritura de doação devem constar as seguintes cláusulas:

- a) inalienabilidade do imóvel doado;
- b) manutenção das finalidades dos estatutos atuais do Belo Horizonte Futebol Clube - Sociedade Esportiva, Beneficente e Recreativa;
- c) término da construção da sede social dentro de cinco anos, contados da data da escritura;
- d) cessão gratuita da sede social, quando construída, para realizações públicas de caráter benéfico.

Parágrafo único - A não observância de qualquer destas cláusulas invalida a doação, perdendo o donatário o direito a qualquer indenização.

Art. 3º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta do beneficiado.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) LUIS LATOPRE,
Prefeito Municipal.*

CONFERE COM O ORIGINAL

Virgílio Torricelli,
Secretario Administrativo,
9/5/1 962.



11

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

A ASSESSORIA JURÍDICA
Sala das Sessões, em 14/9/66.
Presidente
J. Almeida

A C.I.P.
Sala das Sessões, em 13/9/66.
J. Almeida

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1 960

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo autorizado a ceder em comodato, ao "Anhangabaú Esporte Club", com sede nesta cidade, pelo prazo de trinta (30) anos, para construção de sua sede social, o imóvel a que se refere o artigo 1º da lei nº 342, de 16 de julho de 1954.

Parágrafo Único - Após o decurso do prazo referido no artigo, o imóvel reverterá, de pleno direito, ao Município, com suas benfeitorias e acessões, independentemente de qualquer indenização ou pagamento.

Art. 2º - A cessão, a que se refere o artigo anterior, deverá ser efetivada noventa dias após a reversão do mesmo imóvel ao patrimônio municipal, pelo descumprimento das exigências legais por parte do Belo Horizonte Futebol Clube - Sociedade Esportiva, Beneficente e Recreativa.

Art. 3º - O "Anhangabaú Esporte Club" deverá comprometer-se, no contrato a ser lavrado, a utilizar o imóvel, dentro de cinco (5) anos, a fim de construir nêle a sua sede social de estrutura simples.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo invalidará o contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial.

Aprovado em 1.º Discussão
Sala das Sessões, em 13/9/66.
Presidente
J. Almeida

Romeu Zanini
Sala das Sessões, 13/09/1966
Romeu Zanini
Aprovado em 2.º Discussão com dispensa
do Ministério e parecer da Lel decada
Sala das Sessões, em 13/9/66.
J. Almeida



12

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

(Substitutivo do Projeto de lei nº 1.960)

Proc. 12.433

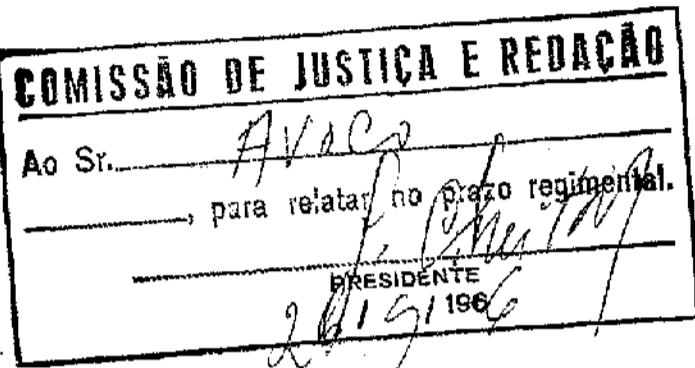
PARECER Nº 408/66 da ASSESSORIA JURÍDICA

1. De autoria do nobre vereador Romeu Zanini, a proposição - sob exame visa a autorizar o Executivo a ceder em comodato ao "Anhangabaú Esporte Club" (fls. 4 a 9) o imóvel a que refere o artigo 1º da lei nº 342, de 16 de julho de 1954, pelo prazo e nas condições fixadas nos seus artigos.
2. O projeto parece-nos legal, quanto à iniciativa (artigo - 21 da Lei Orgânica) à competência (artigo 28 da Constituição Federal - matéria de peculiar interesse local).
3. Não há óbice de natureza jurídica à sua aprovação.

S.m.e.

Câmara Municipal, em 16/9/1966,

Dr. Aguinaldo de Bastos,
Assessor Jurídico.





Prefeitura Municipal de Jundiaí

13
AP

Em 19 de agosto de 1966.

R.E.F. N.º GP.307/66.

PROC. N.º 1822/66.

CLAS... 600.4.307.

AO TRATAR DO ASSUNTO
CITE A REFERÊNCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
EXPEDIENTE

22 AGO 1966

PROTÓCOLO N.º _____

CLASSIF. _____

Excelentíssimo Senhor Presidente :

Em resposta ao requerimento nº 1347 de autoria do Exmo. Sr. Vereador Romeu Zanini, cumpre-nos informar o seguinte:

- 1- O imóvel mencionado foi doado ao Belo Horizonte F.C., em 9 de março de 1956.
- 2- O Clube não cumpriu as exigências legais.
- 3- A Municipalidade está providenciando a reversão do imóvel ao patrimônio municipal.

Romeu Zanini

Reiterando nossos protestos de elevada consideração, expressamos as nossas cordiais saudações,

Gento. Cons. Vista acontente
Presidente
23/08/1966
Romeu Zanini

e das férias
Pedro Edmundo
PREFEITO MUNICIPAL

Exmo. Sr.
ROGÉRIO ALFREDO GIUNTINI,
M.D. Presidente da Câmara Municipal de
JUNDIAÍ.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. 12 433

Projeto de lei nº 1 960, de autoria do vereador sr. Romeu Zanini, dispendo sobre autorização para a Prefeitura Municipal doar ao Anhangabaú Esporte Club, com sede nesta cidade, o imóvel a que se refere o art. 1º da lei nº 342, de 16/7/54.

PARECER Nº 627/66

Pelo ofício 1 822/66, o chefe do Executivo informou esta Edilidade de que a Municipalidade estava providenciando a reversão ao patrimônio municipal do terreno que foi objeto da lei nº 342, de 16 de julho de 1 954.

Ante tal informação, o substitutivo ao projeto-de-lei nº 1 960, que pretende ceder, em comodato, aquele imóvel ao Anhangabaú Esporte Club, é perfeitamente legal.

Contudo, para torná-lo constitucional, acrescente-se-lhe o artigo seguinte: As despesas decorrentes com a execução desta lei serão suportadas pela entidade beneficiária.

É o parecer.

Sala das Comissões, 30 setembro / 1966.

Joaquim Candelario de Freitas,
Presidente e
relator.

APROVADO EM 5/10/1.966:-

Djalmo Buraneli.

Walmor Barbosa Martins.

Lázaro de Almeida.

Wanderley Pires.



15
1

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

E M E N D A N° 1

(ao Substitutivo do Projeto
de Lei nº 1 960)

Acrescentem-se, onde convier, os seguintes artigos:-

"Art. - As despesas decorrentes desta lei serão supridas pela entidade beneficiária.

Art. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. - Revogam-se as disposições em contrário."

Sala das Sessões, 11/10/1966.

Rogério Alfredo Giuntini

Rogério Alfredo Giuntini.

Aprovado em 1.ª Discussão.
Sala das Sessões, em 11/10/1966
Presidente

Aprovado em 2.ª Discussão com dispensa
do Interstício e Parecer da C.R. Lei decretada:
Sala das Sessões, em 11/10/1966
Presidente

Parecer da CECHAS
ao substitutivo nº 1
do Proj. de Lei nº 1960

Presid - Wanderley Pires - FAVOR.
e relator

membrs:-

Carlos Jomes Ribeiro - FAVOR.

Herculezildo Martinelli - idem

Arvelindo Fioravanti - idem

Romeu Zanini - idem

c/ 5 votos favoraveis

11/10/1966
Rofel



16-
109

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PROJETO DE LEI N° 1.960

A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, decreta a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo autorizado a ceder em comodato, ao Anhangabaú Esporte Clube, com sede neste cidade, pelo prazo de trinta (30) anos, para construção do seu sede social, o imóvel a que se refere o artigo 1º da Lei nº 342, de 16 de julho de 1954.

Parágrafo único - Após o decurso do prazo referido no artigo, o imóvel revertará, de pleno direito, no Município, com suas benfeitorias e ações, independentemente de qualquer indenização ou pagamento.

Art. 2º - A cessão, a que se refere o artigo anterior, deverá ser efectuada noventa (90) dias após a reversão do mesmo imóvel no patrimônio municipal, pelo descumprimento das exigências legais por parte do Belo Horizonte Futebol Clube - Sociedade Esportiva, Beneficente e Recreativa.

Art. 3º - O Anhangabaú Esporte Clube deverá comprometer-se, no contrato a ser lavrado, a utilizar o imóvel, dentro de cinco (5) anos, a fim de construir nôle a sua sede social de estrutura simples.

Parágrafo único - A inobservância do disposto neste artigo invalidará o contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extra-judicial.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pela entidade beneficiária.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em doze de outubro de mil novecentos e sessenta e seis. (12/10/1966)

Rogério Alfredo Giuntini
Rogério Alfredo Giuntini,
Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

CÓPIA

17
19

12

outubro

66

PM.10/66/36:-

12.433:-

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

A devida sanção desse Executivo, tenho a honra de encaminhar a V.Excia. os autógrafos do PROJETO DE LEI nº 1.960, devidamente aprovado por este Legislativo em Sessão Ordinária realizada no dia 11 do corrente mês.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Rogério Giuntini

Rogério Alfredo Giuntini,
Presidente.

ANEXO:- Duas vias da lei.

A Sua Excelência o Senhor
Professor PEDRO FÁVARO,
Muito Digno Prefeito Municipal de Jundiaí,
Nesta.
-dgc/

18
19

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



JJ 20/10/66

- L E I N° 381, DE 17 DE OUTUBRO DE 1966 -

O PEEFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em sessão realizada no dia 11/10/1966, PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo autorizado a ceder em comodato, ao Anhangabaú Esporte Clube, com sede nesta cidade, pelo prazo de trinta (30) anos, para construção de sua sede social, e imóvel a que se refere o artigo 1º da Lei nº 342, de 16 de julho de 1954.

Parágrafo único - Após o decurso do prazo referido no artigo, o imóvel reverterá, de pleno direito, ao Município, com suas benfeitorias e acessões, independentemente de qualquer indenização ou pagamento.

Art. 2º - A cessão, a que se refere o artigo anterior deverá ser efetivada noventa (90) dias após a reversão do mesmo imóvel ao patrimônio municipal, pelo descumprimento das exigências legais por parte do Belo Horizonte Futebol Clube - Sociedade Esportiva, Beneficente e Recreativa.

Art. 3º - O Anhangabaú Esporte Clube deverá comprometer-se, no contrato a ser lavrado, a utilizar o imóvel, dentro de 5 (cinco) anos, a fim de construir nêle a sua sede social - de estrutura simples.

Parágrafo único - A inobservância do disposto neste artigo invalidará o contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extra-judicial.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pela entidade beneficiária.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

C. da Júlio

(Pedro Navarro)

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal aos dezessete dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e seis.

Ferrari

(René Ferrari)

DIRETOR ADMINISTRATIVO

19
AG

HORNAL DE JUNDIAI ; de 20 de Outubro de 1.966
P/P:-

LEI N.O 1381, DE 17 DE OUTUBRO DE 1966

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAI, de acordo com o que decretou a Camara Municipal em sessão realizada no dia 11/10/ 1966, PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1.o — Fica o chefe do Executivo autorizado a ceder em comodato, ao Anhangabau Esporte Clube, com sede nesta cidade, pelo prazo de trinta (30) anos, para construção de sua sede social, o imóvel a que se refere o artigo 1.o da Lei n.o 342, de 16 de julho de 1954;

Parágrafo unico — Após o decurso do prazo referido, no artigo, o imóvel reverterá, de pleno direito, ao Município, com suas benfeitorias e ações, independentemente de qualquer indenização ou pagamento.

Art. 2.o — A cessão, a que se refere o artigo anterior deverá ser efetiva noventa (90) dias após a reversão do mesmo imóvel ao patrimônio municipal, pelo descumprimento das exigências legais por parte do Belo Horizonte Futebol Clube — Sociedade Esportiva Beneficiente Recreativa.

Art. 3.o — O Anhangabau Esporte Clube deverá comprometer-se, no contrato a ser lavrado a utilizar o imóvel, dentro de (cinco) anos, a fim de construir nele a sua sede social de estrutura simples.

Parágrafo único — A inobservância do disposto neste artigo invalidará o contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extra-judicial.

Art. 4.o — As despesas decorrentes desta lei serão portadas pela entidade beneficiária.

Art. 5.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.o Revogam-se as disposições em contrário.

PEDRO FAVARO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal aos dezessete dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e seis.

DIRETOR ADMINISTRATIVO.
RENE' FERRARI

ANDAMENTO DO PROCESSO

C O M I S S Õ E S

C. J. R. 19-9-66.

C. F. O.

C. O. S. P.

C. E. C. H. A. S.

AO Sr. Vereador _____

"O B S E R V A Ç Õ E S"

A N E X O S

19-9-10/9/12-19-66

AUTUADO EM 30/8/1966

DIRETOR ADMINISTRATIVO

